

## Isolados e ilhados: indigenismo e conflitos no Vale do Javari, Amazônia\*

*Isolated and islanders: indigenism and conflict in the Vale do Javari Indigenous Territory, Amazon*

*Aislados e isleños: indigenismo y conflicto en la Tierra Indígena Vale do Javari, Amazonía*

Barbara Arisi\*\*  
Felipe Milanez\*\*\*

**Resumo:** Nesse artigo, pretendemos mostrar como um certo ideal de índio permeia as utopias indigenistas do Estado brasileiro e como a política de isolamento, influenciada por esses ideais, apresenta suas idiosincrasias e contradições. Apresentamos um estudo sobre os conflitos recentes na Terra Indígena Vale do Javari (AM) que levaram à morte violenta de índios Korubo e Matis, considerados pelo governo respectivamente como “isolados” e de “recente contato”. Analisamos a história do conflito a partir das narrativas indigenistas e dos indígenas. Observamos as formas como os servidores da FUNAI procuram ignorar e negar o direito à autodeterminação indígena e como procuram obliterar o papel e a presença do Estado nas relações interétnicas na região. Concluimos que um possível diálogo parece ser o primeiro passo para pôr fim a uma política de “índios ignorados”. O ideal de isolamento não pode se sobrepor à auto-determinação: o conceito é fragilmente sustentado em uma ideia romântica e contraditória de índios que vivem totalmente à margem de processos históricos, como se não sofressem e reagissem às pressões do velho (neo)desenvolvimento promovido pelo Estado e pela presença de frentes expansionistas como madeireiros, construtoras de barragens ou petroleiras.

**Palavras-chave:** índios isolados; recente contato; indigenismo; Matis; Korubo; Terra Indígena Vale do Javari.

**Abstract:** We set out to show in this paper how a particular ideal about indigenous people permeates the Brazilian indigenist utopia and how the indigenous policies concerning isolated Indians present their contradictions and idiosyncrasies, influenced by these ideals. We present a study on the recent conflicts that took place in the Vale do Javari Indigenous Land (AM) and that resulted in violent deaths of Korubo and Matis people, respectively considered by the Brazilian government as “isolated” and “of recent contact” Indians. We analyse this conflict history from both indigenist and indigenous narratives. We observe how the FUNAI (Indians' Affair Governmental Office) employees have tried to ignore and to deny the indigenous' rights to self-determination and how they tried to obliterate the role and the presence of the Brazilian state in the regional interethnic relations. We conclude that a possible dialogue could be the first step to end a public policy that has led to ignoring and isolating these indigenous groups. We argue that isolation ideal can not be dominant over the indigenous people right to self determination: this concept is weakly supported in a romantic and contradictory idea of indigenous people that live totally alien and marginal to historical processes, as if they would not suffer and resist the pressure of the old (neo)developmentism promoted by the State and by the presence of expansionist frontiers such as loggers, dam builders or oil companies.

**Keywords:** uncontacted Indians; recent contact; Matis; Korubo; Vale do Javari Indigenous Territory.

**Resumen:** En este artículo pretendemos mostrar como un cierto ideal de indio permea las utopías indigenistas del Estado brasileño y como la política de aislamiento, influenciada por esos ideales, presenta sus idiosincrasias y contradicciones.

\* Nesse artigo, aprofundamos a reflexão que iniciamos no livro *Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diversidade étnica e fronteira* (Arisi & Milanez, 2016).

\*\* Professora adjunta no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar de Estudos Latino-Americanos, na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

\*\*\* Professor adjunto no Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (Cecult), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Presentamos un estudio sobre los conflictos recientes en la Terra Indígena Vale do Javari (AM) que llevaron a la muerte violenta de indios Korubo y Matis, considerados por el gobierno como “aislados” y de “reciente contacto”, respectivamente. Analizamos la historia del conflicto a partir de las narrativas indigenistas y de las indígenas. Observamos las maneras en que los trabajadores de la FUNAI procuran ignorar y negar el derecho a la autodeterminación indígena y como procuran obliterar el papel y la presencia del Estado en las relaciones interétnicas en la región. Concluimos que un posible diálogo parece ser el primer paso para poner fin a una política de “indios ignorados”. El ideal de aislamiento no se puede anteponer a la autodeterminación de los pueblos indígenas. Tal concepto es fragilmente sostenido en una idea romántica y contradictoria de indígenas que viven totalmente al margen de procesos históricos, como si no sufrieran las presiones del viejo (neo)desarrollismo promovido por el Estado y por la presencia de frentes expansionistas como las madereras, constructoras de presas o petroleras.

**Palabras clave:** indígenas aislados; reciente contacto; Matis; Korubo; Tierra Indígena Vale do Javari.

## Ilhas Andaman e a ideal indianidade

Numa certa ilha das que formam o arquipélago de Andaman, no Golfo de Bengala, no Oceano Índico, há um povo que vive em área de alta floresta rodeada por águas de um oceano azul turquesa e é considerado pela ONG Survival International como sendo o mais isolado do mundo. Chamados *Sentinelese* ou moradores da ilha *North Sentinel*, estima-se que vivam no local há cerca de 55 mil anos e tenham sofrido uma grande mortandade com a colonização britânica no final do século XIX. Porém, os sobreviventes dessa tragédia lograram voltar a viver em isolamento. As reportagens de jornais e revistas sobre eles consideram, em sua maioria, que os ilhéus teriam resistido bravamente a todas tentativas de aproximação por parte dos não-indígenas. Em um episódio ocorrido em 1974, um cineasta levou uma flechada na coxa ao tentar filmá-los para o documentário *Man in Search of Man*. O governo da Índia, que clama soberania sobre as ilhas, tentou desde 1964 contatar esse povo, mas após diversas tentativas frustradas desistiu e passou a considerar crime a tentativa de se aproximar mais do que 3 milhas náuticas da ilha. Dois pescadores de caranguejo foram mortos pelos moradores em 2006. Os nativos também fazem parte da história da Antropologia, pois uma amostra de seus cabelos, pertencentes à coleção de Radcliffe-Brown, está guardada no Museu Pitt Rivers da Universidade de Oxford. A análise dessa amostra motivou uma pesquisa inglesa sobre a migração africana com DNA, pois cientistas especulam se eles seriam os descendentes de um dos primeiros grupos migrantes da África para o norte do planeta.

Além dessas narrativas disponíveis na internet, há algumas fotos feitas à distância que mostram homens ou mulheres mirando com seus arcos, flechas e lanças em direção aos barcos de pescadores ou helicópteros da guarda costeira. Essa raridade de imagens aumenta

ainda mais o seu valor imagético no mundo saturado por imagens. Algumas dessas fotografias provaram que esse povo se salvou do tsunami ocorrido em 2004, o que reitera a informação de que vivem muito bem sem serviços meteorológicos ou prevenção a desastres. As diversas narrativas sobre esses moradores das Ilhas Andaman reforçam o ideal de um paraíso edênico, o “mito prístino” (DENEVAN, 1992), como se fosse possível alguém viver nesse mundo sem estar afetado pela industrialização, poluição ou pelos mecanismos de extração massiva de recursos naturais, ou isolar-se dos efeitos do antropoceno<sup>1</sup>. Habitamos todos o mesmo planeta que se transforma por uma força de dimensões geológicas provocada pela ação humana. Mas em que medida esses efeitos gerais das mudanças radicais que atingem a todos são distribuídos? Como “isolar-se” nesse mundo em crise ecológica profundamente transformado pelo capitalismo ou pelo “capitaloceno”, para usar a expressão proposta por Jason Moore (MOORE, 2014), também adequada para indicar os efeitos da pressão do capitalismo e do colonialismo sobre o planeta e as diversas populações indígenas, especialmente aquelas que vivem nas áreas de fronteiras de commodities. O povo Sentinelese, que vive em uma ilha sob o risco de desaparecer, são os índios modelo no imaginário internacional da política de isolamento.

No Brasil, os índios Korubo que vivem na Terra Indígena Vale do Javari ocupam esse local de índios modelo na política de isolamento promovida pelo governo federal. Nesse artigo, pretendemos mostrar como um certo ideal de índio permeia as utopias indigenistas do Estado brasileiro e como a política de isolamento, influenciada por esses ideais e pela

<sup>1</sup> Antropoceno é um conceito oriundo das Ciências da Terra. Denomina uma nova era geológica, na qual estaríamos vivendo atualmente e iniciou na revolução industrial. O antropoceno seria o período marcado pelo impacto das atividades humanas no sistema terrestre (CRUTZEN, 2002; STEPHEN et al., 2015).

colonialidade do poder, apresenta suas idiossincrasias e contradições.

## Vale do Javari

A Terra Indígena Vale do Javari, segunda maior do país, com 8,5 milhões de hectares, é uma área contínua de alta floresta que abriga o maior número de índios isolados da América Latina e, provavelmente, do mundo. Esse território vasto é razoavelmente protegido, as principais agressões à floresta e a seus habitantes são perpetradas por pescadores e caçadores, madeireiros e traficantes. O meio de transporte é feito por via fluvial ou aérea<sup>2</sup>. Os povos indígenas considerados “contatados” dividem o território com aqueles “isolados”, como o grupo Korubo sobre o qual tratamos nesse artigo, além de parcelas dos povos Marubo e Mayoruna/Matsés. Há, na região dos rios Jaquirana e Jandiatuba, povos em isolamento que, estima-se, sejam pertencentes aos troncos lingüísticos pano e katukina, conforme registrado em 16 referências<sup>3</sup> de diferentes coletivos.

O Estatuto do Índio define índios isolados em seu 4º artigo: “quando vivem em grupos desconhecidos ou de que se possuem poucos e vagos informes através de contatos eventuais com elementos da comunhão nacional” (BRASIL, 1973). Esta definição ainda é a que permanece oficial, mesmo após a criação em 1987 do departamento específico para trabalhar com os povos isolados ou os chamados de “recente contato”. Também chamados de povos “arredios” ou “bravos”, são aqueles que “ainda não se submeteram às presentes formas de conquista e ação estatizada sobre populações e territórios” (LIMA, 1995, p. 41). A especialista em estudos sobre grupos que vivem no departamento peruano Madre de Dios Beatriz Huertas Castillo utiliza os termos “indígenas isolados” ou “em isolamento” e considera que esses são aqueles que optaram pelo isolamento da sociedade nacional motivados por experiências traumáticas anteriores (2002, p. 22). Sheppard cunhou o termo “isolamento voluntário” em uma carta aberta à Exxon Mobil contra a prospecção de petróleo na Amazônia Peruana na região Rio de Piedras, ocupada pelos Mashco Piro, para descrever a pretensão à resistência destes indígenas frente ao avanço territorial das petroleiras

(SHEPARD, 1996; 2016). É importante compreender que essas são categorizações de povos que vivem uma situação anômala, acudados em regiões remotas, mas não vivem em uma bolha atemporal e em ignorância de que há vários outros grupos habitando suas florestas (ou ilhas vizinhas), afinal sempre mantiveram contato com outros povos, ainda que de modo mediatizado por objetos que circulam em imensas redes de comércio ou de guerra (CARNEIRO DA CUNHA, 1992, p. 12).

Panelas e ferramentas, machados e facões foram e ainda são utilizados para promover o que o órgão indigenista do governo brasileiro considera uma “frente de atração”. Em 2014, durante o contato com os “isolados do Igarapé Xinane” (nome atribuído pela Funai), os indígenas Ashaninka da aldeia Simpatia, no rio Envira, aparecem oferecendo um cacho de bananas para o encontro com três jovens que atravessam o rio, enquanto a equipe da Funai, de cuecas, grita palavras em espanhol ao fundo. O vídeo que registra esse encontro viralizou na internet, publicizando o despreparo dos novos e jovens servidores do órgão. Ou seja, se no passado os funcionários do Estado usaram objetos industrializados como iscas para promover a “atração” desses povos que evitavam manter relações permanentes com a sociedade envolvente, os contatos recentes mostram o despreparo e o protagonismo dessa nova geração de indigenistas urbanos que sequer sabe oferecer um cacho de banana, como bem o fizeram os Ashaninka. Antes, as “iscas” eram colocadas em tapiris (barracas nos locais de circulação dos indígenas) para que os agentes do governo tentassem estabelecer um contato não violento, daí o termo utilizado por anos a fio pela política indigenista brasileira de “pacificar” os “índios arredios”.

Esses contatos forçados pela sedução de bens materiais serviram, no passado, ao propósito “pacificador” pelo qual os agentes do Estado pretendiam se posicionar, procurando desse modo estar à frente das “frentes” de expansão econômica ou religiosa compostas por projetos de desenvolvimento, madeireiros, pecuaristas, seringalistas, garimpeiros, missionários (RIBEIRO, 1996). Agentes do Estado entraram em conflito com indígenas e utilizaram a estratégia de “pacificar” os povos que resistiam ao desenvolvimentismo em seus territórios. A contradição desse “cerco de paz” (LIMA, 1995) é que tais projetos de desenvolvimento e estratégias de colonização eram promovidos pelo próprio Estado, associado a interesses privados, como os casos emblematicamente trágicos da construção da Rodovia Transamazônica (BR 230), da Cuiabá-Santarém (BR 163) e das hidrelétricas de

<sup>2</sup> Para conhecer mais sobre as condições do atendimento de saúde na região, ler Arisi, Francisco & Cesarino (2011).

<sup>3</sup> “Referência é o termo pelo qual a FUNAI se refere oficialmente a cada registro realizado que prove a existência de grupo ou indivíduo que viva em isolamento.

Tucuruí e de Balbina, todos planejados e colocados em prática durante a ditadura militar e que resultaram em trágicos confrontos e contatos forçados com povos, alguns dos quais vieram a ser dizimados por epidemias e por omissão do Estado. Também fizeram uso dessas estratégias de “pacificação” agentes privados, como o caso do catequista e seringalista Felizardo Cerqueira (IGLESIAS, 2010) durante o clico da borracha, no Acre, ou então o contato, com a remoção e o exílio dos Xavante em Maraiwatsêde, nos anos 1960, no Mato Grosso, articulado pelo latifundiário Ariosto da Riva em associação com o Grupo Ometto (MILANEZ, 2006).

Todos esses termos “frente de atração”, “povos isolados” e “sociedade envolvente” são parte de um discurso oficial da Funai. A partir de 1987, com a política de isolamento, algumas novas palavras entraram no léxico estatal tais como “proteção etno-ambiental”, “sistema de proteção e promoção de direitos”, prerrogativa do “não-contato” e índios de “recente contato”. Este último termo é utilizado atualmente pela Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC) para referir-se aos Matis, uma categorização que compõe parte de uma estratégia de alguns servidores da Funai de tentar controlar e impedir que esse povo voltasse a viver nas áreas próximas aos rios onde alguns dos mais velhos nasceram e viveram “antes do contato”.

### “Contato” Korubo e “Isolamento” Matis

O primeiro contato de homens a serviço do governo federal com um grupo de índios Korubo ocorreu em 1996, em expedição liderada pelo sertanista Sydney Possuelo. Os Matis tiveram um papel protagonista nesse contato pois, entre os índios convidados pela FUNAI para participarem como tradutores no processo do contato, a língua que falam os Matis revelou-se como a mais próxima para o entendimento dos Korubo, em relação às línguas Matsés e Marubo. Depois, durante anos, os Matis trabalharam na Frente de Proteção Etno-ambiental Vale do Javari na confluência dos rios Ituí e Itacoaí. Eles próprios se reconhecem como descendentes de duas mulheres Korubo que haviam sido raptadas quando crianças no passado, provavelmente nos anos 30 (ARISI, 2007; 2011).

Esta proximidade que os povos ‘em isolamento’ e os já contatados tinham anterior ao contato oficial conta muito nas relações que se estabelecem entre

eles durante e após este novo encontro. Há também novos agentes, os não-índios, em seus caminhos. Durante o período de isolamento, povos ou frações de povos se mantêm afastados do contato com o mundo dos brancos e dos índios já contatados e ficam no mato, às vezes, observando no rio o movimento dos outros com suas canoas movidas a motor ou no céu com seus helicópteros e avionetas. Após o contato, estes povos voltam a conviver (ARISI, 2007, p. 16).

Os Matis foram contatados pelo governo brasileiro em encontros motivados pelo interesse estatal (com a Petrobrás) na exploração petroleira que se realizava na região entre 1976 e 1978, a partir de quando se efetivou o contato permanente. Estima-se que tenham morrido dois terços da população matis, e um indigenista considera que eles chegaram a ser apenas 50 em 1986. O trauma de ter enterrado a praticamente todos seus parentes nunca abandonou Binan Tuku, um dos quatro Matis que participou da frente de atração da Funai que fez contato com os Korubo em 1996. Ambos grupos têm relações que remontam a um passado ancestral comum. Ao estudar o conjunto dos índios Pano setentrionais, Erikson (1999) considera que os Matis participavam do sistema panmayoruna e que as descontinuidades étnicas que hoje verificamos são resultado de um deslocamento, pois os Matis teriam reagido à penetração dos exploradores de caucho de forma inversa a seus vizinhos Matsés/Mayorunas. Se os Mayoruna/Matsés provaram exterminar ou incorporar a maioria de seus vizinhos para escapar da extinção, os Matis se isolaram a fim de evitar enfrentamentos (ibidem, p. 80). “La existencia de unidades aisladas es un nuevo dato empírico al que no parecen todavía nada resignadas las representaciones tradicionales del sí mismo” (idem). No século XIX, ainda existiam estas ‘parcialidades’ que participavam de enormes redes de intercâmbio e de aliança matrimonial, material e política. Erikson considera que a fragmentação do passado era composta de uniões e relações de interdependência hoje desaparecidas (ibidem, p. 78). Argumentamos que as relações do passado marcam as do presente e influenciam novas situações de busca pelo contato, como mostram os eventos recentes ocorridos nos últimos dois anos no Javari, nos confrontos que resultaram em mortes de Korubo e Matis nas proximidades do rio Coari, quando as intervenções e omissões do Estado passam a ser determinantes. O parentesco entre os povos Matis e Korubo é também recente, como mostram os casos de

rapto de duas meninas Korubo pelos Matis já no século XX (ARISI, 2007).

Em meados da década passada, os Matis já planejavam retornar à região do rio Coari, de onde haviam sido deslocados após o trágico contato organizado pela Funai, e onde Txami, um dos homens que encabeça uma fratria, havia nascido. No ano de 2006, plantaram roça de mandioca e banana e abriram um varadouro (caminho na mata) para ligar a beira do rio Coari à antiga aldeia Aurélio, onde vivia Txami. Seu grupo de irmãos criou junto a essa roça uma nova aldeia à qual chamaram de Todowak. Nessa área do rio Coari foi onde se desenvolveu um conflito grave, quando um grupo de Korubo atacou e matou dois irmãos mais moços de Txami: Damë (Agente Indígena de Saúde) e Iva Xukurutá, no dia 5 de dezembro de 2014. O coordenador da Associação Indígena Matis, Makë Turu Matis, considera que os Korubo atacaram os seus parentes porque aquele grupo contatado em 1996, conhecido por “grupo da Mayá”, não tinha mulher suficiente. Ou seja, a necessidade de mais mulheres teria motivado uma busca pelos parentes por parte desse grupo Korubo que está em contato com a Funai e com os Matis desde 1996. Essa ameaça teria motivado a aproximação desse grupo de Korubo ainda vivendo em isolamento no Coari com os outros Korubo que vivem agora próximos à aldeia matis. Abaixo, reproduzimos trecho da reportagem publicada por Amazônia Real, onde Makë Turu explica o que teria motivado o ataque que resultou na morte dos irmãos de Txami.

Foi por isso que eles [o grupo da Mayá] começaram a buscar mulher onde tiver com os outros parentes Korubo. Esse grupo da Maiá [Mayá] foi na aldeia do Korubo, no rio Coari, e atacou os isolados. Os Korubo do Coari começaram a se espalhar próximos das aldeias dos Matis, a Todowak, que fica também no rio Coari, onde moravam os meus tios [Damë e Iva Xukurutá]. (BRASIL 2016)

Nos últimos anos, os conflitos entre isolados e outros povos contatados no Vale do Javari passaram a aumentar, assim como os relatos de epidemias, sobretudo malária, entre os povos considerados “isolados” pelo governo brasileiro. Ocorreu também uma “escalada” de processos de contatos, sem planejamento por parte dos funcionários da Funai, sem preparo das equipes de saúde da Sesai, e sem a dotação orçamentária para fazer frente a estes desafios. Esses encontros entre índios que viviam em isolamento

com índios que vivem em contato com as sociedades nacionais foram considerados pelos servidores da Funai como tendo sido motivados por uma “iniciativa dos indígenas” em deixar o isolamento. No Vale do Javari, primeiro, um grupo de seis indígenas Korubo foi “contatado” pelos Kanamari em local próximo à aldeia Massapê, em setembro de 2014. Posteriormente, outros 15 Korubo desse grupo foram contatados e a Funai levou esses indígenas para a região onde vive o “grupo da Mayá”, atribuindo a eles o nome de “isolados do igarapé Tronqueira” e “grupo do Visa e do Pino”<sup>4</sup>. Foi constatado que haviam contraído doenças antes do contato, como gripe e malária. Considerados “isolados” pelo governo brasileiro, os indígenas já estavam, no entanto, “contaminados”. É possível que o Vale do Javari esteja sob um amplo efeito de contaminação da floresta, tal como identificado por Ramenofsky e Galloway em relação à trágica expedição de Hernando de Soto pelo sudeste dos Estados Unidos, no século XVI, e os efeitos de diferentes depositários, reservatórios e mecanismos de transmissão de doenças e infecções na epidemia que haviam se instaurado naquela época (2006, p. 261). Dessa forma, o “isolamento político” não funciona como um isolamento epidemiológico, como afirmam Arisi, Francisco e Cesarino (2011) em diagnóstico antropológico e médico sobre o atendimento de saúde na TI Vale do Javari.

A partir do final do ano de 2014, se intensifica o recente conflito entre os Korubo, os Matis e a Funai. A Funai descreveu as mortes de Damë e Iva Xukurutá da seguinte forma: “um encontro estabelecido em novembro de 2014, quando indígenas isolados Korubo do rio Coari se aproximaram das roças da aldeia matis Todowak e se estabeleceu um conflito entre eles, resultando na morte de dois indígenas Matis”<sup>5</sup>. No entanto, a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Unijava) informou, no dia 8 de dezembro daquele ano, que as duas lideranças Matis haviam sido “mortas a bordunadas por quatro índios isolados do povo Korubo na aldeia Todowak, no rio Coari, em 05 de dezembro”<sup>6</sup>. Ao contrário dos indígenas, o então coordenador da

<sup>4</sup> Informações divulgadas pela Funai em 19 de novembro de 2015 em sua página oficial da internet. Acesso em 1 de maio de 2016 <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/3529-grupo-isolado-do-povo-korubo-e-contatado-no-amazonas?limitstart=0#>

<sup>5</sup> Idem

<sup>6</sup> Conforme entrevista de Manoel Chorimpa à AmazôniaReal. Acesso em 1 de maio de 2016. <http://amazoniareal.com.br/ataque-de-indios-korubo-ao-povo-matis-deixa-dois-mortos-e-provoca-alerta-no-vale-do-javari-no-amazonas/>

CGIIRC/Funai, Carlos Travassos, descreveu o conflito como “uma quebra de protocolo”, pois considerou que os ataques “sempre” partiam dos Matis: “Na memória dos Matis sempre ocorreu uma situação oposta, os Matis que atacavam os Korubo. Os Matis sempre roubaram as mulheres dos Korubo, mas isso (mortes) nunca ocorreu”<sup>7</sup>.

Estes conflitos escalaram, culminando em novas mortes e em novos contatos, gerando protestos políticos dos indígenas da Unijava e dos Matis, em particular, contra a Funai. Em algum momento, ocorreu um revide dos Matis que, de acordo com a Funai, resultou em “pelo menos” oito mortes dos Korubo. Em uma “resposta” a uma reportagem, a FUNAI forneceu informações que eram mantidas em sigilo sobre a gravidade do conflito que a fundação classifica como “interétnicos”<sup>8</sup>. Primeiro, os servidores da FUNAI afirmavam que o órgão foi informado em 26 de setembro sobre um encontro entre alguns Matis com 10 indígenas Korubo, na aldeia matis Tawayá. A equipe de saúde teria chegado à aldeia no dia 29. Em seguida, no dia 7 de outubro, um segundo grupo, composto por 11 Korubo, foi contatado também pelos Matis. Os 21 Korubo foram reunidos, inicialmente, em um acampamento organizado pela FUNAI e pela equipe de saúde da Sesai.

Esses encontros (ou “contatos”) entre parcelas dos povos Matis e Korubo foram considerados como sendo resultado de uma coerção por parte dos Matis pelo então coordenador da CGIIRC/FUNAI, Carlos Travassos. Ele afirmou que “o contato com o grupo Korubo foi efetivado pelos Matis por meio de coerção” e que os Matis “capturaram as crianças durante o primeiro contato com os Korubo” e realizaram uma “invasão do acampamento Korubo” enquanto a FUNAI e a Sesai trabalhavam, e que um servidor “foi preso pelos Matis”, além disso acusou que os “Matis intimidavam a equipe da Funai e da Sesai, tornando o clima ainda mais tenso”. De forma conclusiva, afirmava que “a autonomia de determinado povo jamais se deve sobrepor à autonomia de outro”<sup>9</sup>. Tais informações

publicadas pela FUNAI na imprensa e em “notas” em seu site foram contestadas pelos Matis e pelas lideranças indígenas do Vale do Javari. Houve uma mobilização através de cartas enviadas à presidência da FUNAI e por meio de notas públicas, culminando na ocupação no começo de 2016 da sede da Funai em Atalaia do Norte (AM), expulsão do coordenador local e a exigência de estabelecimento de diálogo com o governo a fim de passar a participar das políticas que afetam seu território e seu povo, incluindo o processo de contato com seus vizinhos Korubo, pois se consideram ignorados pela então política indigenista oficial.

A FUNAI costuma se congratular por realizar uma política indigenista inovadora, com “rígidos protocolos e procedimentos”, propagandeada como sendo pioneira e referência no mundo. No entanto, no Vale do Javari, tal posição vem sendo contestada publicamente pelos povos indígenas que a FUNAI considera “contatados” ou de “recente contato”. Nesse debate, lideranças indígenas da Unijava acusam a FUNAI de omissão, consideram que a política indigenista oficial não tem sido efetiva para proteger os “isolados”, apenas tem sido eficaz em ignorá-los e jogar o problema de sua sobrevivência e autonomia para debaixo do tapete. Como resposta, a FUNAI passou a criminalizar os indígenas “contatados” ou “de recente contato”, como no caso dos Matis, e a tentar impor uma narrativa que nega a história anterior de relações interétnicas, sobretudo ao negar a intervenção política governamental justamente como uma das causas principais dos diversos conflitos em andamento no interior da TI Vale do Javari. A coordenação da CGIIRC da FUNAI quis acusar os Matis por erros e possíveis omissões que eram também de responsabilidade da própria instituição. Porém, é óbvio que esse conflito que agora se desenrola na região se deve também à participação do Estado, seja por suas ações ou pelas suas omissões, não longe teoricamente do que Neil Whitehead classifica como “guerras em territórios tribais” (1992, p. 127). Afinal, este conflito também está relacionado à expansão do controle territorial pelo Estado e pelo capital, seja para a FUNAI implementar uma certa política protecionista associada com investimentos financeiros no trabalho de uma ONG indigenista, ou para os interesses extrativistas sobre os recursos naturais, como petróleo.

## O isolamento da política

Atualmente, todos povos indígenas que vivem em isolamento na Amazônia brasileira estão em situação

<sup>7</sup> Conforme entrevista à AmazôniaReal. Acesso em 1 de maio de 2016. <http://amazoniareal.com.br/ataque-de-indios-korubo-ao-povo-matis-deixa-dois-mortos-e-provoca-alerta-no-vale-do-javari-no-amazonas/>

<sup>8</sup> Acesso em 1 de maio de 2016 <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/3553-resposta-a-carta-capital?start=1#>

<sup>9</sup> Em “Vale do Javari: doenças e mudanças de aldeia podem ter causado um “choque” entre Korubo e Matis”. Acesso em 1 de maio de 2016 <http://amazoniareal.com.br/vale-do-javari-doencas-e-mudanca-de-aldeia-podem-ter-causado-um-choque-entre-korubo-e-matis/>

de extrema vulnerabilidade e risco, numa floresta que vem sendo devastada por grandes projetos financiados por dinheiro público e privado. No caso do Vale do Javari, isso ocorre tanto no lado brasileiro, quanto no peruano da fronteira, além de ambas populações estarem expostas ainda a incursões do narcotráfico e ao tráfico de armas. Os governos de ambos países não têm políticas de defesa dos interesses indígenas para que esses possam se equiparar, com simetria, aos interesses econômicos sobre os recursos naturais dos territórios que eles ocupam. De uma forma geral, o governo brasileiro tem apenas promovido, de forma assistencialista, mais dependência por parte dos povos indígenas em relação ao Estado, ou então através da terceirização da tutela do Estado pela privatização do assistencialismo.

No Vale do Javari, cenário de extrema beleza natural, onde foram gravados diversos documentários para canais internacionais como National Geographic, MBC e BBC, e é onde vem sendo travada uma guerra entre esses dois povos que possuem uma longa história em comum: os Matis e os Korubo. Ambos povos são conhecidos internacionalmente e popularizados, graças aos diversos filmes e reportagens feitos a seu respeito. Como já escrevemos anteriormente, os Matis mantêm contato com o governo brasileiro desde 1976 e 1978. A frente de atração na época foi de tal forma improvisada que sequer o motor pequeno-pequeno do barco funcionava. O contato fora motivado por interesses desenvolvimentistas e extrativistas, pois a FUNAI auxiliava a Petrobrás a realizar perfurações para avaliar a existência (ou não) de petróleo na região e realizavam-se estudos para a construção de uma rodovia que não chegou a ser realizada: a Perimetral Norte. “Contatar” era, na época, “pacificar” os índios para que os interesses econômicos sobre os seus territórios pudessem ser favorecidos em um ambiente domesticado e controlado.

Nessa ocasião, estima-se que dois terços da população matis tenha morrido como decorrência do contato. Em informações recentes, Makê Turu escreveu que, ao menos, 87 Matis morreram<sup>10</sup>. No relatório da Comissão Nacional da Verdade, divulgado em dezembro de 2014, nada consta sobre a violência institucional promovida pelo Estado brasileiro contra os Matis. Como escrevemos acima, vinte anos depois, com a marca e a experiência histórica de ter sido objeto de uma “atração” e “pacificação”, em 1996, os Matis aceitaram participar de outra frente de atração,

dessa vez destinada a contatar os índios Korubo que viviam próximos ao local onde a FUNAI instalara uma base de vigilância na confluência dos rios Ituí e Itacoá para evitar invasão de caçadores e madeiros.

Em 2006, dez anos após o contato feito com a participação dos Matis, Arisi realizou uma pesquisa sobre o tema a fim de compreender porque os Matis participaram da equipe criada para contatar os Korubo. Afinal, porque eles ajudariam o governo a fazer contato quando, a partir de sua própria experiência, sabiam que os Korubo corriam risco pois novamente poderia se desencadear uma mortandade altíssima pela falta de anticorpos para combater doenças simples como a gripe.

As políticas de “proteção”, que deram origem à ideia de “pacificação”, têm suas raízes na criação do Serviço de Proteção ao Índio, em 1910. Conforme Oliveira, “O SPI (Serviço de Proteção aos Índios) consolidou uma modalidade bem definida de intervenção estatal e laica, caracterizada por uma atitude de tutela e proteção dos nativos em face de terceiros, sem impor aos indígenas, portanto, padrões religiosos ou práticas econômicas usuais na sociedade nacional (2014, p. 128)”. A ideia de “pacificação” teria um sentido aqui humanitário e, conforme Ribeiro, a garantia do direito à diferença (1995, p. 147). Durante a ditadura e o avanço desenvolvimentista sobre os territórios indígenas, o fortalecimento institucional da FUNAI foi também marcado pela criação das “frentes de atração” e das estratégias de “atração” como parte dos processos de “pacificação”. De uma forma crítica a esse processo do qual seu povo foi vítima, o líder xavante Paulo Supretaprã revê a experiência da relação de seu povo com o sertanista Chico Meireles no “contato” estabelecido em 1946 da seguinte forma:

Aqueles brindes que ele deixava iam atraindo, e o pessoal ia se aproximando. Fazendo igual como nós domesticamos bichos. A gente tem que dar pro bicho o que ele come, indo devagar. Como animal. Igualzinho. E como somos animais para eles, os brancos fizeram isso para atrair o meu povo (SUPRETAPRÃ, 2015, p. 105).

Já a “política” para a proteção dos índios isolados e a prerrogativa do “não-contato”, materializada em 1987 com a criação do Departamento de Índios Isolados, passou por diversas transformações ao longo das últimas três décadas, afetando, diretamente, os povos (“isolados” ou não) que vivem no Vale do Javari.

<sup>10</sup> Carta AIMA de 12 de fevereiro de 2016.

Essas mudanças culminam no mais recente “sistema de proteção e promoção de direitos” que, em vias de colapso sem sequer ter sido executado, faz com que a prerrogativa do não-contato “vai configurando-se como uma mera ficção retórica” (VAZ, 2014, p. 29). Com o fortalecimento do protagonismo indígena e as mobilizações em torno do “movimento indígena”, verifica-se que em nenhum momento na história o processo de “contato” foi “unilateral”, sob o controle dos sertanistas, ou mesmo “controlado” por agentes privados, tendo sempre recebido resposta das “vítimas”. O protagonismo indígena tem crescido e se tornado ainda mais vigoroso nos últimos anos.

No caso da política para os povos isolados, observamos que os indígenas (seja qual for a categorização criada pelo governo brasileiro para defini-los) lançam contradições, desafios, tensões, e constróem diferentes possibilidades de resistir ao controle que, continuamente, o Estado tenta lhes impôr. O isolamento, no caso dos conflitos aqui analisados e a partir da exigência dos Matis de participarem dos processos políticos que lhes dizem respeito, passou a ser da própria “política” estatal, tão distanciada da floresta para os gabinetes; enquanto os Matis lutam pelo “não isolamento” de um grupo social, o dos índios isolados. Se a experiência histórica indica a agência indígena no processo de “pacificação dos brancos”, o isolamento (ou a alienação) de grupos da possibilidade de interceder nos processos diplomáticos em seus territórios indica uma contradição na ideia de “não contato” e apresenta-se como um novo problema para se consolidar o que se entende por “protagonismo” dos grupos subalternizados.

## Contato Matis

Apresentamos brevemente a história anterior. Desde 1969, servidores da FUNAI documentavam a complexidade do território, o sertanista Raimundo Pio Carvalho Lima propôs criar quatro postos indígenas na região abarcada pelos rios Javari, Curuçá, Itaquai e Ituí. Entretanto, os trabalhos da FUNAI só “vão se concretizar na região em 1971 em apoio à construção da Rodovia Perimetral Norte que cortaria o Vale do Javari em diversos pontos habitados por indígenas isolados” (FUNAI, 1981, p. 1). Além dos quatro rios citados acima, o resumo do processo da FUNAI 1074/80, inclui os rios Jandiatuba e Jutai na área de estudo para a criação do Parque Indígena do Javari, como era chamado à época. O documento explicita a situação

de contatos intermitentes e conflitos envolvendo os grupos indígenas.

A área (...) envolve um grande número de etnias com especificidades próprias no que diz respeito a usos e costumes e tradições tribais, utilização específica da área e grau de contato com nossa sociedade, o que não implica em termos de localização e contatos inter-tribais um desconhecimento total a medida que, de forma muito particular, alguns grupos entram em contato com a sociedade envolvente e após alguns anos se retraem, e outros entram em contato com outros grupos tribais, ou se deixam localizar através de conflitos manifestos com seringueiros e madeireiros que adentram a região. Desta forma, o isolamento de alguns grupos não implica em total desconhecimento (ibidem, p. 2).

O governo iniciou o processo de atração de grupos isolados que se encontravam em áreas consideradas críticas pela FUNAI no rio Itaquai. “Os trabalhos de atração a estes grupos que foram previstos para 1974 não se concretizaram e a consequência foi o grupo, antes pacífico, ter se tornado arredo após choques ocorridos entre estes e as frentes pioneiras de penetração” (ibidem, p. 2). A frente teria sido desativada depois que foi morto o funcionário Jaime Pimentel por índios com os cabelos cortados em forma de cuia que usaram “porretes” (FUNAI, 1980, p. 7). Pela descrição, seriam os Korubo.

O indigenista Wellington Figueiredo participou do “primeiro contato” com os Matis, no Vale do Javari, junto ao sertanista Sydney Possuelo, entre 1975 e 1977. Ele relatou a Milanez o sentimento que vivenciou quando encontrou-se com os Matis por primeira vez como um misto de fascinação e de tragédia.

Estive presente no sétimo encontro com os Matis. Foi a minha primeira experiência com índio isolado. Numa perspectiva tradicional, há duas formas de promover o contato com um grupo indígena isolado. A primeira utiliza como técnica colocar brindes para os índios e esperar que sejam aceitos. A segunda seria ir ao encontro dos índios e promover o contato, de forma mais brusca, no caso do povo ser menos arredo, ou agressivo, ou a possibilidade de já haver algum intérprete. Esse é o modelo tradicional, que foi por muitos anos a regra básica do trabalho no Brasil. O trabalho de contato com os Matis seguia esse modelo tradicional: havia um posto e fazíamos incursões pela floresta e, de vez em quando,

distribuíamos presentes e esperávamos que eles chegassem até nós. Uma coisa que me marcou muito com relação aos Matis é que foi a primeira vez que eu vi índio pelado na minha vida, como nas histórias que eu ouvia, como do Ismael Leitão<sup>11</sup>, dos Xavante. Isso ocorreu quando os Matis mantiveram o sétimo contato com a Frente de Atração Ituí, da Funai, uma visita que eles fizeram na base. Foi tão impressionante esse breve encontro que depois passei uns dois dias com dificuldade para dormir, tamanho era o choque para mim ver aquele povo aparecer daquele jeito. E a preocupação que me assaltou foi saber que aquele povo que estava, naquele momento, com aquela condição de vida tão boa, mais tarde eles se tornariam como os Ticuna estavam: dependentes, vestidos de trapos, com doenças. Isso me perturbou muito. Marcou esse primeiro encontro com os índios e depois pautou todo o meu trabalho com os índios isolados para o resto da minha vida. Esse choque eu tive quando vi pela primeira vez os Matis. (FIGUEIREDO, 2015, p. 257)

Impactado pela beleza dos Matis, com seus adornos faciais, conheceu a um grupo com mais de cem pessoas, nuas, em uma atmosfera carregada de expectativa e tensão:

Não nos demos conta do risco dessa visita a um povo isolado. E, anos mais tarde, ao encontrar com o indigenista Samuel Cruz, na cidade de Belém, e ao ouvi-lo relatar da mortandade que ocorrera entre os índios Matis, jamais deixei de relacionar o encontro que eu tivera naquela ocasião com o desaparecimento de muitos daqueles índios. Em algum momento, em algum desses encontros com a Funai, é possível que tenha ocorrido uma transmissão de vírus e bactérias que vieram a ser mortais para muitos dos Matis (FIGUEIREDO, 2015, p. 258).

Tal como Figueiredo tem na memória a tragédia, os Matis possuem a experiência do que pode se revelar o “contato” nos seus corpos e nas suas próprias histórias de vida. Em 1974, a FUNAI criou o Posto Indígena de Atração (PIA) Ituí à margem esquerda do rio de mesmo nome, pouco acima do igarapé Jacurapá. Acredita-se que, antes do contato de 1976, os Matis

moravam em cerca de 5 aldeias na região do igarapé Jacurapá, no centro da Terra Indígena do Vale do Javari. Vários Matis marcaram em mapa, para Arisi, onde seus parentes haviam nascido: a margem esquerda do rio Branco, onde teriam nascido Iva Xukurutá (um dos dois Matis mortos pelo ataque Korubo em 2014) e Tumi Tuku, a margem direita do rio Coari e a cabeceira do igarapé Jacurapá.

Após a ‘hecatombe’ epidemiológica, comentada anteriormente, que dizimou a população Matis, e para tentar controlar as doenças e as mortes, os Matis reagruparam-se em duas aldeias. Provavelmente, assim o fizeram por necessidade de acesso aos remédios providos – ainda que insuficientemente – pela FUNAI e por pressão do órgão indigenista que preferia ‘cuidar’ dos índios concentrados em um só local. Talvez por curiosidade também e pelo acesso a tantos objetos que antes eram mais escassos ou mesmo desconhecidos dos mais jovens, como os cachorros, por exemplo. Conforme documento da FUNAI (1998), em 1982, o PIA foi transferido para o igarapé Boeiro, margem esquerda do rio Ituí. Naquele então, os Matis moravam em duas aldeias – uma na foz do igarapé e outra em seu interior. Em 1987, voltaram ao Ituí.

Os conflitos entre a “sociedade envolvente”, sobretudo pescadores, madeireiros e ribeirinhos, e os ‘arredios’ também foram mencionados para justificar a necessidade de reativar os trabalhos do governo na área. Nesta época, além dos planos de construção da Rodovia Perimetral Norte, havia interesse da Petrobrás<sup>12</sup> em prospectar o Vale do Javari. No Itaquai, a empresa iria realizar detonações em terras dos que agora chamamos Korubo, mas que eram denominados nos documentos da época como Marubo ou Marubão. O documento de 1981 já previa conflitos entre o grupo indígena e os trabalhadores da Petrobrás e um possível “encurralamento do grupo arredio no território Matis” (FUNAI, 1981, p. 5). Foi exatamente o que ocorreu. Em 1984, os Korubo mataram três trabalhadores envolvidos nas atividades da Petrobrás (um da FUNAI e dois da petroleira) (FUNAI 1989).

## Mudança na política de atração e contato

Esta decisão de estabelecer uma base de controle da FUNAI na confluência de rios importantes para o

<sup>11</sup> O sertanista Ismael Leitão integrou a equipe do SPI que realizou os contatos de pacificação com os Xavante no norte do estado do Mato Grosso, liderado por Chico Meirelles, no final dos anos 1940

<sup>12</sup> Um exemplo de descaso da Petrobrás com os índios moradores das terras prospectadas pela empresa é o monte de ‘tralhas’ que a petroleira deixou para trás no rio Jandiatuba – como registrado no documento da FUNAI (1998, p. 138).

acesso era uma estratégia padrão da proteção territorial na atuação indigenista em áreas com isolados<sup>13</sup>, já que no Vale do Javari, como escrito acima, a logística é sobretudo fluvial. O contato com os Korubo, para Sydney Possuelo, tinha o propósito de uma intervenção “pacificadora” promovida pelo Estado para agir em meio a um ciclo de violências. Em 1996, já não havia a pressão desenvolvimentista dos anos 1980, mas tampouco havia a proteção da demarcação nos limites atuais, e eram intensos os conflitos com a predatória economia local:

Não fui ao Javari por diletantismo, fui para terminar com o ciclo de violência, mortes e esbulho da terra indígena. Mortes de brancos que muito se comentava, mas tinha também a morte dos índios. Essas ninguém via, ninguém contava, a não ser por aquele ataque maior que teve, pouco tempo antes de eu chegar, em que a Funai, com a Polícia Federal, descobriu os corpos, resgatou os corpos do fundo do rio, são terríveis as imagens de corpos e pedaços de corpos retirados do fundo do rio. (POSSUELO, 2015, p. 242)

A área de 8,5 milhões de hectares foi reconhecida como terra indígena pelo governo em 1999, demarcada em 2000 e homologada pelo presidente da república em maio de 2001. No ano seguinte, em 2002, Possuelo organizou uma grande expedição, denominada “Alípio Bandeira” em homenagem a um sertanista rondoniano, com o propósito de levantar informações sobre os índios “flecheiros”. Acompanhada por jornalistas, este trabalho também ajudou a atrair a atenção da mídia para a terra e para que fosse demarcada, reforçando o mito da natureza selvagem e do mundo prístino, mas igualmente respondendo aos questionamentos de setores militares e do agronegócio de que a terra era muito grande para abrigar uma pequena população indígena.

A percepção das intervenções de sertanistas no sentido de “proteger” está relacionada à garantia da integridade territorial da região. Nos anos 1980, após a promulgação da Constituição, demarcar terras passou a ser uma prioridade, que já era prevista pelo Estatuto do Índio de 1973 mas pouco implantada. A partir da

experiência da violência do Estado brasileiro contra os povos indígenas levada a cabo durante a ditadura<sup>14</sup>, sobretudo decorrente dos projetos de desenvolvimento, é criado o Departamento de Índios Isolados em 1987 como uma reação dos sertanistas, motivada pelas trágicas experiências anteriores que tiveram, e que culmina em uma estratégia de formulação de novas políticas públicas a partir de um caráter “técnico” agenciado pelos servidores do órgão. Possuelo recorda que a ideia de um departamento específico “vinha na minha cabeça há muito tempo”. O exemplo que inspirou e sustentou a construção de uma nova política derivava da experiência da Frente Arara, em 1980: “Esse foi, a meu ver, um dos melhores trabalhos, no sentido de organização, que a FUNAI teve com uma Frente de Atração e Contato” (POSSUELO, 2015, p. 228). A nova política teria assim por fundamento um elemento “técnico” de organização e metodologia, e pela experiência de servidores e não motivada por interesses político-econômicos.

A Frente Arara foi criada com o objetivo de atrair e de estabelecer “contato” e “pacificar” os Arara para a construção da Transamazônica, cujo trajeto planejado atravessaria o território indígena, inclusive atingindo diretamente uma aldeia. No contexto autoritário, não havia debates civis sobre os projetos “estratégicos” militares, e a “pacificação” servia aos interesses de projetos territoriais do Estado e a defesa nacional<sup>15</sup>. Na Frente Arara, a partir de um diálogo entre sertanistas e militares em Altamira, foi pensado um plano de “controle” da situação de contato, com mais recursos, uma equipe de saúde e outra treinada de campo, e uma garantia de proteção territorial contra invasões. O Exército apoiou os trabalhos da Funai expulsando os posseiros e grileiros localizados no interior do território indígena, inclusive assentados pelo INCRA.

Conforme relata Figueiredo, a “metodologia do contato” com os Arara se fundamentava a partir da ideia de que não se tratava de “negar” o contato, mas em “evitá-lo”. A mudança dos procedimentos foi a seguinte: “Nossa proposta era vigiar a área, impedindo a entrada de pessoas que colocavam os índios ‘pra correr’, em fuga. O contato seria uma possibilidade e não uma certeza a ser perseguida” (FIGUEIREDO,

<sup>13</sup> A decisão da criação da Base Xinane, no rio Envira, no Acre, tomada por José Carlos Meirelles segue a mesma ideia implantada no vale do Javari. A Base Xinane é hoje o posto de apoio aos indígenas denominados pela Funai de “Isolados do Xinane”, que foram contatados em 2014 por indígenas Ashaninka, na aldeia Simpatia.

<sup>14</sup> Como comprova o documento conhecido como “Relatório Figueiredo”, investigação produzida pelo procurador Jader de Figueiredo Correia, em 1967.

<sup>15</sup> Para conhecer mais sobre a atuação autoritária de contatos desastrosos do Estado com povos indígenas com objetivos desenvolvimentistas promovida pela FUNAI, ler Lima (1995) e Baines (1991).

2015, p. 271). Ao invés de uma pequena equipe ser deslocada para seguir os vestígios da existência de determinado povo indígena e avançar sobre as aldeias, com intérpretes, para efetivar o “contato”, como até então havia sido feito na região de Altamira (PA)<sup>16</sup>, a partir deste momento a FUNAI passaria a ter uma base fisicamente estruturada, a distribuir brindes pela floresta, e “esperar” o contato a partir da “iniciativa dos indígenas”, como na aproximação com os índios Arara. Ainda que o contato tenha ocorrido em um curto espaço de tempo, com relação à expectativa dos militares e, portanto, ter sido considerado “bem sucedido” num primeiro momento, nos meses seguintes, transformou-se novamente em um desastre, uma tragédia, com muitas mortes em decorrência a uma epidemia de gripe. “A sensação era de desespero” (FIGUEIREDO, 2015, p. 278). “Tiramos grandes lições dessa tragédia que, depois, vieram a refletir no contato com os Parakanã, que eram 119 índios no contato e morreu apenas um índio, de picada de cobra. Porque já tínhamos aprendido como conduzir a situação. Aprendemos nos Arara” (ibidem, p. 278). Os desafios para evitar epidemias eram então a principal preocupação dos contatos direcionados pelo Estado, não era levado em conta o desejo dos coletivos indígenas de interagirem e aproximarem-se, ou manterem-se distantes e evitarem o encontro.

Em uma perspectiva da ação imediata, numa situação de emergência para a “proteção”, para o sertanista Possuelo, haviam duas possibilidades de agir:

Há o caso dos índios isolados que estão em determinado lugar. Se nada for feito, anos depois eles não estarão mais lá. Virou uma fazenda, uma hidroelétrica, alguma coisa fizeram e os índios desaparecem. Essa é uma das vertentes de pensamento: não fazer nada. A outra vertente é fazer o contato com eles. Faz o contato, morrem 80%, morrem 50% da população. A perda é terrível, uma desgraça, quase destrói o povo inteiro (POSSUELO, 2015, p. 228).

Portanto “contatar” era um meio de retirar os grupos do caminho de algum interesse, mas também, em face aos enfrentamentos políticos, poderia ser um meio de se salvar estes grupos de uma violência ainda maior, tal como os genocídios deliberadamente praticados com o objetivo de se aniquilar e exterminar a população,

<sup>16</sup> Exemplos destes contatos são os casos dos Xikrin e dos Kararaô, relatados por Afonso Alves da Cruz (2015).

como exemplo os massacres de Corumbiara com os Akunts’u e os Kanoê retratados no filme *Corumbiara* (CARELLI, 2009).

Delimitar o território, nos casos de povos isolados, implica em definir algo sem dialogar ou negociar com aqueles que são diretamente afetados. Sem dúvidas, é uma situação extrema para garantir a sobrevivência. Mas surge então um problema sobre a “representação”: quem representa aqueles que não querem contato? Afinal, o Estado se incumbiu da responsabilidade de representar os interesses dos povos indígenas que vivem em isolamento voluntário ou “isolados”, como considera o Estado. Porém, essa representação ocorreu sem consulta, o que gerou um problema, uma vez que quem não quer ser representado (pois vive em “isolamento voluntário”) não pode ser representado, nem pelo Estado, ou seja, nem pela FUNAI. Este problema da representatividade e da consulta verifica-se bastante atual e também diretamente relacionado ao caso aqui discutido, uma vez que a CGIIRC, apesar de alardear que “não representa”, tem feito uma “representação” oficiosa e ilegal dos isolados Korubo.

Ao analisar a avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento em comunidades indígenas, Hanna et alli (2014) observam a situação particular e a impossibilidade de realizar consulta quando há presença de grupos isolados. Os autores consideram que a licença ambiental não deveria ser dada nesses casos, pois o próprio isolamento seria o indicativo de que esses grupos não dão seu consentimento:

Não deveriam ser aprovados projetos que podem impactar ‘grupos isolados’, isto é, aqueles que sinalizaram seu desejo de não serem contatados, e aqueles grupos conhecidos por não terem sido contatados. O fato desses grupos estarem em uma situação de não-contato claramente indica que eles não dariam seu consentimento se fosse consultados em um processo de Consentimento Prévio, Livre e Informado. Tentar relacionar-se com tais grupos seria negar seu direito de auto-determinação e potencialmente afetar irreversivelmente suas vidas (2014, p. 64-65 – tradução dos autores)<sup>17</sup>.

<sup>17</sup> No original: “finally that no approval should be granted for projects that may impact on ‘isolated groups’, i.e. those who have signaled their desire not to be contacted, and those known not to have been contacted. The fact that groups are in a non-contact situation clearly indicates that they would not give their consent if they were asked in an FPIC process. To attempt to engage with these groups would be a denial of the right to self-determination and would potentially irreversibly affect their lives” (HANNA et al., 2014, p. 64-65).

Ou seja, o Estado, legamente, deve defender os direitos dos povos em isolamento, mas não representar os interesses dos povos isolados: há mesmo um conflito de interesse quando se trata de projetos de desenvolvimento, pois quase sempre são financiados direta ou indiretamente pelo próprio Estado. Além dessa contradição, a FUNAI resolveu atacar e acusar diretamente outro grupo indígena, cujos direitos também deveria, pela lei, defender. Como citado anteriormente, no início do ano de 2016 a FUNAI emitiu uma nota de repúdio aos Matis, contraditoriamente um povo considerado pela própria coordenação como de “recente contato”. Colocando-se como “solidária” aos Korubo diante de uma agressão sofrida por um funcionário do governo, a FUNAI afirma que a “atitude demonstra desrespeito à instituição [FUNAI] e uma ameaça ao grupo Korubo”<sup>18</sup>, ou seja, “desrespeitar” a Funai é tido como equivalente a “desrespeitar” os Korubo. Ao equiparar-se a um grupo isolado, a FUNAI tentou fazer frente aos Matis e inserir-se “internamente” no que a própria instituição, a partir de um relatório antropológico encomendado para investigar o conflito, classificou como “conflito interno”. Como já diagnosticou o próprio sertanista Possuelo, ele próprio representando simbolicamente a FUNAI no Javari ao longo de vários anos, a FUNAI que se coloca como representante dos indígenas, acaba sempre representado o próprio Estado: “Os índios isolados não se representam no parlamento e a única entidade que deveria fazê-lo, a Funai, sempre defendeu mais os interesses do seu senhor, o Estado brasileiro” (POSSUELO, 2015, p. 232).

## Relações Matis e Korubo

O mais antigo dos diversos relatos de contato entre índios Matis e Korubo, registrado por Arisi (2007), trata da história de rapto de duas meninas Korubo, contada por vários homens Matis, entre eles Binan Tuku, Txema, Iva Rapa, Txami e outros. Txami Matis lembra de ouvir contar quando, há muito tempo atrás – este tempo que os Matis determinam com a expressão “*Ēnden kimon*” – quatro homens e uma mulher foram “buscar mulher, porque não tinha mais mulher para casar com os Matis não”. Eles voltaram trazendo duas

meninas Korubo, ambas se chamaram Mēnke, uma delas viria a ser a mãe de Binan Tuku. Este conta de sua mãe:

Papai contava assim. Há muito tempo atrás, já pegaram minha mãe pequeninha, trouxeram para cá, criaram no meio dos Matis. Por isso que eu tô aqui, filho de Korubo. Eu vi minha mãe pequenininho, só lembro de quando enterraram minha mãe. Do meu pai, esse sim, eu lembro bem (Binan Tuku).

Txema Matis, mais velho que Txami e Binan Tuku, preferiu não falar de suas lembranças sobre estas meninas Korubo raptadas e acabou com as perguntas com uma frase que revela o medo de retaliação bem presente.

Não quero falar disso não. Isso faz muito tempo. Os Korubo são muitos, eles estão crescendo. E nós [Matis] somos poucos. Por que você não pergunta como é que eu faço zarabatana, como as mulheres fazem rede? Os Korubo são muitos, os Matis são poucos. Os Korubo podem vir aqui na nossa aldeia para vingar que os Matis roubaram as mulheres deles. Pior ainda agora que o Txami abriu o varadouro [caminho] que vai aqui da nossa aldeia para o Coari [rio onde mora o grande grupo Korubo em isolamento e onde Txami e outros Matis planejam ter uma terceira aldeia] (Txema).

O rapto das meninas Korubo é contado por Iva Rapa. Makē Wassá, um dos solteiros da aldeia Aurélio, diz que os Korubo são seus parentes, porque seu pai era Korubo. E conta da seguinte forma a versão que conhece de ouvido do rapto das meninas:

Meu irmão mais velho contava uma história. Não tinha mulher não, só três mulheres Matis, só tem solteiro, igual a eu. ‘Eu vou para junto dos caceteiros’, falou meu avô. Ele foi matar Korubo. Muitos caceteiros, eles mataram. Encontravam, flecha, matavam. Estavam brabos, os meus parentes Matis, matavam muito os parentes deles, os Korubo. Aí pegaram menina para criar e ter esposa. Aí, meu pai nasceu (Makē Wassá).

Makē Wassá, em 2006, lembrava que Baritsika e Binan Tuku já haviam se encontrado com os Korubo do grupo grande do rio Coari e que aqueles Korubo não quiseram ‘pegar’ os Matis. Esse é o grupo que provocou os ataques em 2014. Binan Tuku recorda

<sup>18</sup> Acesso em 1 de maio de 2016 <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/3648-nota-da-funai-em-repudio-a-intimidacao-e-violencia-no-vale-do-javari>

quando dois funcionários da FUNAI foram mortos no rio Itaquai, próximo ao local do PIA Marubo (o posto tinha este nome, pois os Korubo também foram chamados de Marubo, este PIA fora criado para atrair os ‘isolados da confluência dos rios Ituí e Itaquai’, ou seja, os que agora chamamos Korubo). Naquela época, foram construídos dois postos para a atração, um perto do lago Velho, a uns 200 metros do Itaquai, e o segundo na margem do igarapé Marubo.

Atualmente, os Matis promovem a complexa diplomacia com os Korubo. Infelizmente, duas tragédias recentes marcaram esse encontro, as mortes dos Matis e as mortes dos Korubo. Atribuir a um “conflito histórico” é uma forma de agentes do Estado esquivarem-se de suas responsabilidades, e ignorar os apelos dos Matis por diálogo, como fez a FUNAI em Brasília ao longo do ano de 2015, após os primeiros ataques dos Korubo e os apelos dos Matis. Sobretudo se levarmos em conta as diversas transformações e rupturas ocorridas nos últimos anos, com o grave problema da contaminação da floresta, a incorporação de novas tecnologias e ferramentas no cotidiano (painéis, armas de fogo, machados, etc), as mudanças na FUNAI com descontinuidade das políticas locais no Javari após a saída de Possuelo, em 2006, depois com uma profunda reforma administrativa do órgão, em 2010, e com a participação de maneira mais intensa de uma ONG junto da FUNAI, nos anos mais recentes, como detentora dos meios e dos recursos para a implantação de políticas públicas. Entre outros fatores, estas mudanças reconfiguraram o protagonismo dos indígenas, isolados ou não, e o uso e acesso dos territórios.

Após os dois contatos ocorridos em setembro e em outubro de 2015, os casos Korubo foram tratados como emergência sanitária e foi estabelecido um “plano de contingência”. Relatos de campo deram conta, em um primeiro momento, de que as doenças respiratórias teriam sido controladas; no entanto, após a saída do médico que foi ferido pelos Matis no já mencionado episódio que gerou a “nota de repúdio da FUNAI”, a equipe de saúde foi diminuída e enfraquecida. Se o atendimento imediato foi eficiente para controlar uma epidemia, no entanto, levanta expectativas e mostra que o desafio para manter os Korubo protegidos de uma tragédia epidemiológica é de longo prazo — basta lembrar das mortes da população matis nos anos subsequentes ao contato. Inicialmente, foram ineficazes as tentativas de se construir um “isolamento” para a quarentena. Como divulgou em nota o Ministério da Saúde: “As equipes de saúde estabeleceram um acampamento

para que o grupo permanecesse em ‘quarentena’ – procedimento de isolamento necessário para proteção e observação de possíveis sinais ou sintomas de doenças adquiridas após o contato. No entanto, com a entrada de indígenas Matis no acampamento foi necessário estender o acompanhamento pela equipe de saúde ao grupo, que permanece em ‘quarentena’.” Esta crise na situação de “pós-contato” reflete o enfraquecimento da capacidade de articulação política da FUNAI junto aos indígenas na região e a incapacidade de se impor de forma hegemônica pelas próprias contradições que foram explicitadas pelos Matis. Naquele momento, foi constatado que o órgão não colocou em campo uma equipe adequada para a segurança dos indígenas e de seus funcionários, assim como a estratégia de isolamento político dos Matis, colocada em prática por servidores da FUNAI, resultou em uma permanente contestação local e que levou à queda do coordenador do órgão.

### **Política de proteção ou de subalternização?**

A FUNAI lançou, em 8 de março de 2016, uma nota de repúdio, “à intimidação e à violência” que o órgão atribuiu aos Matis. Essa “nota de repúdio”, associada a outras mensagens agressivas de agentes da FUNAI direcionadas às lideranças Matis, provocou uma reação imediata em jovens lideranças que, declarando indignação à criminalização, passaram também a rever a trajetória de relacionamento de seu povo com o Estado brasileiro. O conflito dos Matis com a FUNAI, que acompanhou o conflito com os Korubo, provocou uma revisão de problemas históricos que estavam invisibilizados. Sobretudo no que concerne às violências praticadas ao longo das últimas quatro décadas de “contato” e “pós-contato”. Tal como relatado na carta da Associação Indígena Matis (AIMA) de 12 de fevereiro de 2016, o contato foi uma tragédia ainda não investigada e sem nenhum tipo de responsabilização dos agentes. Apesar de os Matis descreverem a morte de 87 pessoas e atrocidades como estupros e outros tipos de agressão física, nada consta no Relatório da Comissão Nacional da Verdade com relação a esta grave violência cometida e que quase provocou um genocídio. Essa impunidade, que acompanha a subalternização, reflete para os Matis o descaso do Estado com o seu passado e com os impactos diretos no processo atual de inferiorização e criminalização.

Os Matis, através da AIMA, divulgaram nas redes sociais no dia 17 de novembro de 2015, uma carta direcionada ao presidente da FUNAI na qual denunciam “o coordenador do Departamento de Índios Isolados e de Recente Contato sobre desrespeito aos indígenas Matis”<sup>19</sup>. Buscar a opinião pública para expor as divergências com o órgão indigenista passou a ser uma estratégia matis para construir o seu “protagonismo” que, apesar de constar na política oficial da FUNAI após a reforma de 2010, não encontra espaço para ser exercido. Faziam nessa carta duras críticas à FUNAI, e contavam a sua versão sobre o processo de contato e os conflitos com os Korubo. Sem serem recebidos pela presidência da FUNAI em Brasília, como demandavam, criticaram a atuação dos funcionários de campo, pediram a saída do coordenador local e descreveram a tensão resultante da falta de diálogo com a Funai. O descaso do governo colocou em risco também os funcionários da fundação que atuam em campo. Um servidor enviado para investigar o massacre chegou a ser mantido refém pelos Matis, que acusaram a FUNAI pela falta de diálogo.

Assim, em meio aos conflitos que constituem o Estado, em campos amplos de atuação e de disputa, haveria uma “ausência” do Estado ou uma “impotência estratégica” no Javari? Pela primeira vez, nos casos de “contato” com “índios isolados”, o protagonismo indígena se insurgiu publicamente contra o Estado e foi documentado. Isso refletiu, dadas as complexidade das intervenções, na construção de uma crítica à política indigenista do isolamento. E nosso artigo é um desdobramento das demandas feitas pelos próprios matis para que tornássemos público seus questionamentos e seu protagonismo.

Especificamente no caso do conflito entre os Matis e um grupo Korubo “isolado”, duas narrativas contraditórias emergiram com relação ao papel do Estado e da “história de conflitos”. Por um lado, os indígenas Matis, em um processo de descolonização da relação com o Estado nacional, cobram ações, expõem as omissões dos servidores e exigem um protagonismo efetivo cobrando sua participação em tomadas de decisões e compartilhamento de recursos, cargos e postos, seja no estado, seja na sua terceirização via ONG. O Estado, representado pela FUNAI, tenta afirmar-se como uma organização humanitária de defesa de grupos

subalternizados por outros grupos indígenas dentro das relações “internas”, autodelegando-se a capacidade de representar aqueles que não aceitam a representação – ou seja, o sentido mais estrito da ideia de “vontade” no “isolamento voluntário”. Nessa narrativa de proteção e de representação dos “isolados”, os Matis foram criminalizados pelo então coordenador da CGIIRC. Além dos autores desse artigo, outros diversos indigenistas e antropólogos experientes condenaram a “nota de repúdio” expedida pelo órgão federal que tem como função e missão proteger os povos indígenas. A ideia rondoniana da “diferença” (OLIVEIRA, 2014; RIBEIRO, 1996) encontra uma dificuldade analítica em relação ao papel contraditório da FUNAI no estabelecimento de categorias de diferença e de representatividade.

Para os Matis, o conflito com os Korubo advém de intervenções equivocadas da FUNAI e diferentes omissões do Estado, narrativa contextualizada numa perspectiva histórica a partir do “primeiro contato” com agentes da FUNAI há exatos 40 anos, em 1976, e que acompanha a trajetória das formulações de políticas específicas para o caso dos grupos em “isolamento”. A partir de comunicados dirigidos a agentes do Estado e a opinião pública, os Matis, através da AIMA, atribuem a responsabilidade do conflito — assim como a ideia de manter a qualquer custo o “isolamento” dos Korubo — à FUNAI e suas intervenções equivocadas e omissões em ações que deveriam ter sido efetivadas.

Por outro lado, a FUNAI apresenta o caso como sendo um “conflito histórico” e “interétnico”, ou seja, independente da relação e da “presença” ou “ausência” do Estado. Travassos afirmou que “A relação entre os Matis e os Korubo é marcada historicamente por disputas territoriais e pelo registo de conflitos interétnicos”<sup>20</sup>, uma hipótese levantada pela FUNAI e que foi sustentada por mecanismos de investigação científica encomendados pelo Estado, tal como o “diagnóstico produzido a pedido da Funai pela antropóloga Beatriz Matos”, e utilizado em desfavor dos Matis. Através de “estudos” sobre os “outros” na relação com a FUNAI, os enfrentamentos entre Matis e Korubo são atribuídos como frequentes “no começo do século XX”, e seriam o motivo dos conflitos atuais, como se o Estado não estivesse participando e exercendo seu poder regulador e “legislador” da relação entre os povos no Vale do Javari. Os Matis

<sup>19</sup> Carta AIMA nº 11/AIMA2015 direcionada ao Exmo Sr. Pres. da Funai, João Pedro da Costa, à Sra. Sônia Guajajara, coordenadora da APIB, e ao Sr. Maximiliano Menezes, coordenador da COIAB, e divulgado na página do facebook da associação

<sup>20</sup> Acesso em 1 de maio de 2016 <http://amazoniareal.com.br/vale-do-javari-doencas-e-mudanca-de-aldeia-podem-ter-causado-um-choque-entre-korubo-e-matis/>

refutaram publicamente das afirmações tornadas públicas pela FUNAI após a denúncia do conflito na imprensa e discordaram das causas atribuídas aos conflitos que se sucederam nos anos recentes, tal como temos apresentado e desenvolvido aqui neste artigo.

As contradições sobre quais eventos históricos seriam definidores do “conflito” é apresentada, sempre, de forma bastante confusa e parcial pela Funai, e imposta como uma verdade de maneira colonialista na medida em que desconstrói perspectivas contraditórias de maneira a inferiorizar os povos indígenas. Ora é citado um único evento, no início do século XX<sup>21</sup>: o rapto de uma criança, ou então, conforme o coordenador da Funai, que diz que os “Korubo revelam que os Matis sovinavam objetos solicitados”<sup>22</sup>, objetos esses que haviam sido entregues aos Matis pela FUNAI. A FUNAI também teria sovinado uma lona aos Korubo, que teria provocado a reação desses com a morte do indigenista Sobral (ver ARISI, 2009). Se entre os Matis e os Korubo a relação se estabelece, também, em razão dos interesses do Estado em projetos de infraestrutura, como a prospecção de petróleo, na demarcação da terra e a invasão de pescadores e madeireiros, por falta de fiscalização da terra indígena, assim como pela disputa intensificada pelos materiais e objetos disponibilizados pela Funai e pelas relações dos Matis com os agentes do Estado, é surpreendente que, em certo momento, o Estado “desapareça”, como por um passe de mágica, da relação histórica com os povos que vivem no Vale do Javari.

Se, por um lado, é manifesta a situação de abandono da Funai dentro da estrutura do governo em favor do modelo neodesenvolvimentista, com a diminuição de quadros, a falta de recursos, o enfraquecimento institucional, há por outro uma própria mudança das diferentes situações que envolvem os povos considerados “isolados” e das práticas políticas do

órgão de “proteção”. Se durante o desenvolvimentismo autoritário da ditadura ocorreu um fortalecimento dos órgãos do Estado, a exemplo da criação da Funai em 1967 e da promulgação do Estatuto do Índio em 1973, o neodesenvolvimentismo tem se caracterizado pela perspectiva neoliberal, aparentemente contraditória, de sucateamento de órgãos como a Funai e o Incra e terceirização de aparelhos do Estado. Já com relação à formulação de intervenções junto aos povos em “isolamento”, os 30 anos da política de “proteção” e do “não-contato”, colocados em prática em 1987, apresentam uma trajetória de grandes mudanças e um atual esgotamento, como foi demonstrado ao longo deste artigo. Este esgotamento é evidenciado nos quatro processos de contatos com povos considerados até então “isolados”, ocorridos nos dois anos entre 2014 e 2015, todos eles marcados por tragédias<sup>23</sup>. Tal revisão histórica tem sido provocada pelos Matis, como lemos na carta da AIMA, circulada em 3 de fevereiro de 2016, que começa do seguinte modo:

Em 1976, contato estabelecido pelo sertanista Rubens, Wellington Figueiredo, Pedro Coelho, Samuel Cruz e demais funcionários. No período de contato os Matis contraíram gripe e retornaram para Rio Branco na maloca tradicional, onde houve tragédia na história dos Matis, a maioria dos corpos não eram sepultados. Apenas 87 pessoas Matis da maloca do igarapé Jacurapa sobreviveram. Primeiro episódio cometido pela FUNAI com os nossos povos, onde perdemos dois terços dos nossos povos, onde ainda continua acobertado pela FUNAI e o estado nunca investigou tal descaso, que foi um grande desrespeito e desumano com nós, Matis<sup>24</sup>.

Os relatos dos sertanistas Possuelo e Figueiredo citados na carta da associação indígena, que entraram na Funai em meados dos anos 1970, coincide com o próprio início das atividades indigenistas da Funai em substituição ao Serviço de Proteção ao Índio, em pleno desenvolvimentismo promovido pela ditadura.

<sup>21</sup> Em nota da FUNAI: “Um diagnóstico produzido a pedido da Funai pela antropóloga Beatriz de Almeida Matos aponta que os Korubo e os Matis se enfrentavam frequentemente no começo do século XX, e que, após cerca de cinquenta anos, os últimos renunciaram às hostilidades e foram progressivamente se dirigindo ao sul. Segundo ela, o único conflito contra os Korubo que lhe foi narrado pelos Matis, durante sua estadia nas aldeias Tawaya e Bukuak, em abril de 2015, teria ocorrido nas primeiras décadas do século XX.” Acesso em 1 de maio de 2016 <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/3529-grupo-isolado-do-povo-korubo-e-contatado-no-amazonas?start=2#>

<sup>22</sup> Acesso em 1 de maio de 2016 <http://amazoniareal.com.br/vale-do-javari-doencas-e-mudanca-de-aldeia-podem-ter-causado-um-choque-entre-korubo-e-matis/>

<sup>23</sup> Foram registrados casos de contatos com indígenas Awa Guajá, no Maranhão, em 28 de dezembro de 2014; dois contatos com grupos Korubo, no Javari, um em 9 de setembro de 2014, e posteriormente os dois casos de setembro e outubro de 2015 relatados nesse artigo; finalmente, com o os “Tsapanawa”, no Acre, em junho de 2014. E foram relatados pelos indígenas casos de mortes prévias ao contato, e motivadoras do próprio “contato oficial”, decorrentes de ataques por armas de fogo e por epidemias.

<sup>24</sup> AIMA 2016. Nota Pública. Divulgada em 3 de fevereiro de 2016.

O Vale do Javari sempre foi tido pela Funai como uma região fundamental na Amazônia para a construção de experiências inovadoras e desafiadoras: por um lado, no agenciamento e implantação do desenvolvimento; por outro, na garantia de direitos a povos indígenas com diferentes intensidades de relacionamento com o Estado. A contestação recente das políticas indigenistas, portanto, pode ser vista não como uma crítica retórica para atender interesses específicos, mas sim como uma mudança de paradigma, de uma crise maior e que se verifica, também, em outras regiões da Amazônia.

### **Guerra tribal ou desrespeito institucional?**

Ao longo dos anos anteriores ao contato, os Matis vinham avisando a Funai acerca da presença dos isolados em roças e beira dos rios, em encontros eventuais em caçadas, e estavam preocupados que pudesse haver um embate. Estas comunicações se davam sobretudo via rádio e eram dirigidas à coordenação local do órgão indigenista e ao mesmo tempo aos servidores da Frente de Proteção Etnoambiental, assim como ocorriam em reuniões junto de agentes indigenistas que tentavam dissuadir os Matis de reocuparem um território do qual haviam sido deslocados após o contato nos anos 70. A tensão iminente culminou no ataque de 05 dezembro de 2014, um grupo de seis Korubo atacou os Matis próximo à aldeia Todawak, no rio Coari, matando os indígenas Iva Xukurutá e Damë. A Unijava pediu formalmente o apoio da Funai na mediação e solicitou reunião em Brasília para traçar uma estratégia de pacificação. Alguns indígenas, por outro lado, segundo uma carta da AIMA, sugeriram que “tal problema deveria ser resolvido entre as etnias na forma tradicional”. Com os apelos ignorados para uma interlocução com a cúpula do órgão indigenista, a AIMA atribuiu as mortes a erros que teriam sido cometidos pela Funai, já no contato dos 16 Korubo, em setembro de 2014, anteriores às mortes dos dois Matis ocorridas em dezembro daquele ano.

Os Matis e outros povos indígenas trabalham em situação de penúria administrativa de recursos e precariedade, junto a outros servidores do governo brasileiro, nessa frente de proteção, onde também é realizado o atendimento de saúde para o pequeno grupo de índios Korubo que foi contactado em 1996 (o “grupo da Mayá”). Os funcionários da Funai se referiram ao conflito como sendo uma disputa “interétnica”.

Mas os líderes do povo Matis consideraram que as mortes ocorreram por omissão de agentes do Estado, e não por interetnicidade – um conceito difícil de ser definido, uma “guerra” interétnica, ou seja, interétnias, ou então “tribal”. Os Matis haviam informado sobre o conflito que vinha se delineando, mas nada foi feito para evitar o massacre de índios isolados da etnia Korubo, informação que veio à público no fim do mês de setembro de 2015. Matis conduziram um contato com os Korubo, próximo à aldeia Tawaya, no dia 26 de setembro, inicialmente com dez pessoas, e depois, em 10 de outubro, chegaram mais 11 indígenas isolados. Um relatório preliminar da Funai realizado após o contato estimou que tenham ocorrido entre 8, “pelo menos”, e 15 mortes de indígenas Korubo. Se foram contactadas 21 pessoas, caso 15 outras realmente tenham sido mortas, isso por refletir um processo violentíssimo de 40% de mortandade do grupo, caso não haja outros que tenham conseguido escapar.

No começo de 2016, o movimento indígena do Vale do Javari ocupou a sede da FUNAI em Atalaia do Norte e exigiu a renúncia do responsável local a fim de conseguir um diálogo entre o órgão federal e os índios. Como é costume, os servidores que estão na ponta do atendimento sofrem as consequências de uma política pública mal planejada e gerida a partir de Brasília e distante das bases. Os Matis exigiam ser ouvidos pela FUNAI, sobretudo porque dois homens de seu povo haviam sido mortos.

Os Matis querem participar das decisões sobre os vizinhos Korubo, de quem são também parentes, pois entendem que todas as intervenções políticas da FUNAI afetam o uso que fazem do território e o acesso aos recursos que precisam para a subsistência. Diálogo parece ser o primeiro passo para o fim de uma política de “índios ignorados” ou ilhados. O ideal de isolamento sustentado em uma ideia romântica de índios que vivem totalmente à margem de processos históricos, como se não sofressem as pressões do neodesenvolvimento promovido pelo Estado e pela presença de frentes expansionistas como madeireiros ou construções de barragens, não pode se sobrepor à autodeterminação dos povos indígenas. Afinal, há apenas uma ilha chamada Sentinel, uma das ilhas Andaman. E mesmo lá, no paradisíaco arquipélago, os habitantes Sentinelese, e da mesma forma como os Matis e os Korubo, também não vivem em nenhuma bolha atemporal e precisam de vez em quando atirar flechas em pescadores que aparecem para pescar carangueijos em suas águas.

## Referências

- AIMA 2015. *Carta nº 11/AIMA/2015*. Divulgado em 17 de novembro de 2015.
- \_\_\_\_\_. *Informe 001/AIMA/2015*. Divulgado em 2 de dezembro de 2015.
- AIMA 2016. *Nota Pública*. Divulgada em 27 de janeiro de 2016.
- \_\_\_\_\_. *Informe 001/AIMA/2016*. Divulgado em 15 de janeiro de 2016.
- \_\_\_\_\_. *Nota de Repúdio*. Divulgada em 8 de fevereiro de 2016.
- ARISI, Barbara M. *Matis e Korubo: contato e índios isolados no Vale do Javari, Amazônia*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- \_\_\_\_\_. *A Dádiva, a Sovinice e a Beleza: economia da cultura Matis, Vale do Javari, Amazônia*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- \_\_\_\_\_. La No-Frontera Pano: etnónimos como categorías alternativas y múltiples entre Matis y Korubo. In: *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, v. 10, issue 1, Article 2, p. 19-36, 2012. Available at: <http://digitalcommons.trinity.edu/tipiti/vol10/iss1/2>.
- ARISI, Barbara M.; FRANCISCO, Deise A.; CESARINO, Pedro N. *Saúde na Terra Indígena Vale do Javari*. Diagnóstico médico-anropológico: subsídios e recomendações para uma política de assistência. São Paulo: ISA/CTI, 2011. Disponível em: [https://www.socioambiental.org/banco\\_imagens/pdfs/saudev02\\_baixa.pdf](https://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/saudev02_baixa.pdf)
- ARISI, Barbara; MILANEZ, Felipe. De índios isolados a ignorados: conflitos no Vale do Javari, AM. In: RODRIGUES, Gilse Elisa; justamand, Michel; CRUZ, Tharcísio Santiago (Org.). *Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diversidade étnica e fronteira*. Embu: Alexa Cultural, 2016. p. 37-65.
- BAINES, Stephen G. “*É a Funai que sabe*”: A frente de Atração Waimiri-Atroari. Col. Eduardo Galvão. CNPq: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.
- BRASIL *Estatuto do Índio*. Lei n. 6.001 – 19 de dezembro de 1973.
- BRASIL, Kátia. Vale do Javari: “Não brigamos por terra com os Korubo, isso é uma invenção da Funai”, diz Marke Matis. In: *Amazônia Real*, 16 de fevereiro de 2016. Disponível em: <http://amazoniareal.com.br/vale-do-javari-nao-brigamos-por-terra-com-os-korubo-isso-e-uma-invencao-da-funai-diz-marke-matis/>.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CRUTZEN, Paul J. Geology of Mankind – The Anthropocene. In: *Nature*, n. 415, p. 23, 2002. <https://doi.org/10.1038/415023a>
- DENEVAN, Willian. The Pristine Myth: The Landscape of the Americas in 1492. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 82, n. 3, The Americas before and after 1492: Current Geographical Research (Sept. 1992), p. 369-385 (Published).
- ERIKSON, Philippe. *El Sello de los Antepasados*. Quito: Abya yala/IFEA, 1999.
- \_\_\_\_\_. Bibliografía anotada de fuentes con interés para la Etnología y Etnohistoria de los Pano septentrionales (Matses, Matis, Korubo, ...). In: *Amazonia Peruana*, tomo XIV, n. 27, p. 231-287, 2000.
- FUNAI. *Relatório do Centro de Documentação Etnológica, solicitado pelo radiograma no. 45/DGPC, de 22/01/1980 – controle 3902 – sobre os grupos indígenas Maruno, Canamari, Culina, Mayoruna, Matses e maih (sic) – Amazônia Ocidental, Brasília, 1980*.
- \_\_\_\_\_. Informação nº 331/DID/DGPI/81. Ref: Proc. FUNAI/BSB/1074/80. Ass: Eleição do Parque Indígena do Javari. Brasília, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Vale do Javari*. GT Portarias nº 174/95 e 158/96, 1989.
- FIGUEIREDO, Wellington. Depoimento. In: MILANEZ, F. (Org.). *Memórias sertanistas: cem anos de indigenismo no Brasil*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015. p. 251-284.
- HANNA, Philippe et alli. Improving the effectiveness of impact assessment pertaining to indigenous peoples in the Brazilian environmental licensing procedure. In: *Environmental Impact Assessment Review*, v. 46, p. 58-67, 2014. <https://doi.org/10.1016/j.eiar.2014.01.005>.
- HUERTAS CASTILLO, Beatriz. *Los Pueblos Indígenas en Aislamiento: su lucha por su sobrevivencia y la libertad*. Copenhagen: IWGIA, 2002.
- IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. *Os Kaxinawá de Felizardo: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá*. Brasília: Paralelo 15, 2010.
- LIMA, Antônio Carlos de Souza. *O Grande Cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes, 1995.
- MILANEZ, Felipe; SHEPARD, Glenn. Esqueça mitos coloniais: Contato dos Xatanawa põe fim a resistência centenária. In: *Carta Capital*. 07 nov. 2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-milanez/esqueca-mitos-coloniais-o-contato-dos-xatanawa-no-acre-poe-fim-a-uma-resistencia-centenaria-8896.html>.
- \_\_\_\_\_. *A Tale of Two Contacts: The Government Approach to Isolated Peoples*. 2014. Available at: <http://indiancountrytodaymedianetwork.com/2014/09/19/tale-two-contacts-government-approach-isolated-peoples-156935>.
- MILANEZ, Felipe (org). *Memórias sertanistas: cem anos de indigenismo no Brasil*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.
- \_\_\_\_\_. Marãiwatséde: Retorno à Mata Misteriosa. In: *Brasil Indígena* (Brasília: Funai), ano III, n. 2, p. 32-38, 2006.
- MOORE, Jason W. *The Capitalocene, Part I: On the Nature and Origins of Our Ecological Crisis* (Mimeo). Fernand Braudel Center, Binghamton University, 2014.
- OLIVEIRA, João P. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. In: *Mana*. v. 20, n. 1, p. 125-161, 2014.
- POSSUELO, Sydney. Depoimento. In: MILANEZ, F. (Org.). *Memórias sertanistas: cem anos de indigenismo no Brasil*. São Paulo: Edições Sesc, 2015. p. 213-250.
- RAMENOFSKY, Ann e GALLOWAY, Patricia. Disease and the Soto Entrada. In: GALLOWAY, P. (Org). *The Hernando de Soto Expedition: History, Historiography and “Discovery” in the Southeast*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2006.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Os índios e a civilização*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SHEPARD, Glenn H. Jr. Los grupos indígenas aislados del Río Piedras. Report (mimeo). 1996.

\_\_\_\_\_. Ceci N'est Pas un Contacte: the Fetishization of Isolated Indigenous People Along the Peru-Brazil Border. In: *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, v. 14, issue 1, Article 8, p. 135-137, 2016. Disponível em: <http://digitalcommons.trinity.edu/tipiti/vol14/iss1/8>.

STEFFEN, Will et al. Review. The Trajectory of the Anthropocene: the great acceleration. In: *The Anthropocene Review*, v. 16, p. 81-98, Jan. 2015.

VAZ, Antenor. A que será que se destinam? In: *Le Monde Diplomatique*. São Paulo, 04 de agosto de 2014.

Recebido: 05 de junho de 2016

Aprovado: 28 de agosto de 2016

#### **Autores/Authors:**

BARBARA ARISI [barbara.arisi@unila.edu.br](mailto:barbara.arisi@unila.edu.br)

- Professora adjunta no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar de Estudos Latino-Americanos, na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e pesquisadora visitante na Vrije Universiteit Amsterdam. Doutorado em Antropologia Social, UFSC/University of Oxford; Mestre em Antropologia Social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Área de estudos: Etnologia Indígena, Antropologia.
- Associate Professor in the Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar de Estudos Latino-Americanos, at the Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) and visiting researcher at the Vrije Universiteit Amsterdam. PhD in Social Anthropology from the UFSC/University of Oxford; Master in Social Anthropology from the Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Research areas: Indigenous Ethnology, Anthropology.

FELIPE MILANEZ [felipemilanez@ufrb.edu.br](mailto:felipemilanez@ufrb.edu.br)

- Professor adjunto no Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (Cecult), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), e pesquisador associado do Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. Doutorado em Sociologia (Ecologia Política), Universidade de Coimbra; Mestre em Ciência Política, Universidade de Toulouse. Área de estudos: Ecologia Política, Sociologia.
- Associate Professor at the Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (Cecult), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), and associated researcher of the Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra; PhD in Sociology (Political Ecology) at the University of Coimbra; Master in Political Science, Université de Toulouse. Research areas: Political Ecology, Sociology.